



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

DAYSEANE MAYARA DE SOUZA DANTAS

MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE NA PARAÍBA:
Estrutura social, desigualdades e a expulsão do trabalhador rural (1940-1980)

João Pessoa
2025

DAYSEANE MAYARA DE SOUZA DANTAS

MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE NA PARAÍBA:

Estrutura social, desigualdades e a expulsão do trabalhador rural (1940-1980)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa

João Pessoa

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D192m Dantas, Dayseane Mayara de Souza.

Migrações campo-cidade na Paraíba : estrutura social, desigualdades e a expulsão do trabalhador rural (1940-1980) / Dayseane Mayara de Souza Dantas. - João Pessoa, 2025.
54 f. : il.

Orientador : José Jonas Duarte da Costa.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da

Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Migração campo-cidade. 2. Paraíba. 3. Urbanização. 4. Industrialização. 5. Desequilíbrio regional. 6. Espaço agrário. 7. Relações de trabalho.

Costa, José Jonas Duarte da. II. Título. CDU 314.15
UFPB/CXLA

DAYSEANE MAYARA DE SOUZA DANTAS

MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE NA PARAÍBA:

Estrutura social, desigualdades e a expulsão do trabalhador rural (1940-1980)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa (Orientador) - Nota: 10
Departamento de História - UFPB

Prof. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros da Silva - Nota: 10
Departamento de História - UFPB

Prof. Dr. Damião de Lima - Nota: 10
Departamento de História - UFPB

João Pessoa

2025

Aos meus pais.

.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Divanildo e Maria de Lourdes, cuja trajetória de vida foi inspiração para esta pesquisa. Obrigada, mainha e painho, por me ensinarem o valor da educação e por acreditarem sempre nos meus sonhos.

Agradeço também à minha avó Ritinha, que sempre segurou minha mão e confiou nos caminhos que decidi seguir.

Às minhas irmãs Dayse e Dayanne, sou imensamente grata pela paciência, dedicação e cuidado com que auxiliaram nossos pais na minha criação.

À minha madrinha Preta, que sempre me presenteou com amor e carinho, deixo um agradecimento especial.

Agradeço às minhas sobrinhas e ao meu sobrinho, Rayanne, Rebeca e Gabriel, que trouxeram um novo sentido à minha vida desde o momento em que chegaram ao mundo.

Aos meus tios e tias, que me mostraram o valor de ter uma família a quem recorrer, agradeço com todo o coração: João, Lúcia, Natal, Filho, Graça, Fátima, Betânia, Vera, Lalu, Nira e Didi (*in memoriam*). Em especial, à Tia Maria (*in memoriam*), que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos.

Agradeço aos meus primos e primas, com quem guardo as melhores lembranças: Heloísa, Dermeson, João Victor, Natália, Nadson, Wesley, Wallacy, Dudu, Maria Helena, Elisângela e tantos outros. Em especial, Dallana, Fernanda e Ingrid, por terem acompanhado de perto essa conquista.

Agradeço aos amigos que fiz ao longo da vida e aos que permaneceram: Érika, Lucas, Eloyze, Dilza, Carina, Kívia, Mário e Alan. Obrigada pela força constante.

Aos amigos do curso, que tornaram este caminho mais leve, minha profunda gratidão: Samuel, Larissa, Eliana, Vitão, Ivo, Safyra, Vitinho, Davi, Katarina, Luan, Márcio, Nathalie, Madu, Izabelly e Pedro. Especialmente, ao Cláudio, que me deu motivos para continuar quando pensei em desistir.

Agradeço aos professores do Departamento de História, por transmitirem conhecimento e por despertarem em mim novos olhares sobre a pesquisa. Em especial, agradeço ao meu orientador Jonas Duarte, cuja prática docente, marcada pelo compromisso com as lutas sociais, foi fundamental para orientar meus passos acadêmicos. Obrigada pela orientação e pela amizade.

Por fim, ao meu companheiro de vida Manoel, obrigada por segurar as pontas enquanto eu realizava esta pesquisa. Serei eternamente grata por seu amor, compreensão e dedicação.

“Terra Brasilis, continente
Pátria mãe da minha gente
Hoje eu quero perguntar
Se tão grandes são teus braços
Por que negas um pedaço
Aos que querem ter um lar?

Eu não consigo entender
Que nesta imensa nação
Ainda é matar ou morrer
Por um pedaço de chão

Lavradores nas estradas
Vendo a terra abandonada
Sem ninguém para plantar
Entre cercas e alambrados
Vão milhões de condenados
A morrer ou mendigar”

Pedro Munhoz, *Procissão do Retirante* (1996)

RESUMO

Esta pesquisa analisa o processo de migração campo-cidade na Paraíba entre 1940 e 1980, partindo de uma perspectiva macro que considera as transformações estruturais ocorridas no Brasil nesse período. A análise busca compreender como a modernização conservadora da agricultura, as políticas de desenvolvimento nacionais, os desequilíbrios regionais e a permanência de características arcaicas presentes desde a formação do espaço agrário paraibano, repercutiram na configuração socioespacial da Paraíba. Nesse contexto, examinam-se as relações de trabalho no campo, marcadas pela persistência do latifúndio e pela fragilidade das condições de vida da população rural, que atuaram como fatores de expulsão; A urbanização e a industrialização paraibanas que, embora limitadas, intensificaram a atração dos centros urbanos, ocasionando o crescimento acelerado das cidades e a expansão das periferias; E, por fim, a condição dos migrantes no espaço urbano, marcada pela precariedade da inserção no mercado de trabalho, pela segregação e pela baixa qualidade de vida, configurando um quadro de permanência das desigualdades sociais, agora transpostas do meio rural para o urbano.

Palavras-chave: Migração campo-cidade; Paraíba; Urbanização; Industrialização; Desequilíbrio regional; Espaço agrário; Relações de trabalho.

RESUMEN

Esta investigación analiza el proceso de migración del campo a la ciudad en Paraíba entre 1940 y 1980, desde una perspectiva macro que considera las transformaciones estructurales ocurridas en Brasil durante ese período. El análisis busca comprender cómo la modernización conservadora de la agricultura, las políticas de desarrollo nacionales, los desequilibrios regionales y la permanencia de características arcaicas presentes desde la formación del espacio agrario paraibano repercutieron en la configuración socioespacial de Paraíba. En este contexto, se examinan las relaciones laborales en el campo, marcadas por la persistencia del latifundio y la fragilidad de las condiciones de vida de la población rural, que actuaron como factores de expulsión; la urbanización y la industrialización en Paraíba, que aunque limitadas, intensificaron la atracción de los centros urbanos, provocando el crecimiento acelerado de las ciudades y la expansión de las periferias; y, por último, la situación de los migrantes en el espacio urbano, caracterizada por la precariedad de su inserción en el mercado laboral, la segregación y la baja calidad de vida, configurando un panorama de permanencia de las desigualdades sociales, ahora trasladadas del medio rural al urbano.

Palabras clave: Migración campo-ciudad; Paraíba; Urbanización; Industrialización; Desequilibrio regional; Espacio agrario; Relaciones laborales.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Saldo Migratório da Paraíba (1940-1980)	35
Tabela 2 - População Residente Rural e Urbana na Paraíba (1940-1980)	36
Tabela 3 - Proporção da População Residente Rural e Urbana na Paraíba (1940-1980)	36
Gráfico 1 - Proporção da População Rural e Urbana da Paraíba (1940-1980)	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste
BNH	Banco Nacional de Habitação
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CIP	Comissão Interministerial de Preços
CPT	Comissão Pastoral da terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IBGE	Instituto Geográfico Brasileiro
IFOCS	Instituto Federal de Obras Contra as Secas
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista do Brasil
SAPP	Sociedade de Agricultores, Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
ULTAB	União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DO ENGENHO À FAZENDA: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA PARAIBANA	14
1.1. A EXPANSÃO PARA O SERTÃO	15
1.2. ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO	17
2. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E SEUS EFEITOS NA PARAÍBA	20
2.1. O MODELO URBANO-INDUSTRIAL	21
2.2. DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E A PARAÍBA	24
3. FATORES DE EXPULSÃO DO CAMPO	27
3.1. A VIOLÊNCIA NO CAMPO	30
4. MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE NA PARAÍBA (1940-1980)	34
4.1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ÊXODO RURAL	34
4.2. CAMPINA GRANDE E JOÃO PESSOA COMO PONTOS DE CHEGADA	38
5. PERMANÊNCIA, RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA	41
5.1. “REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA”	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

Milton Santos (1993), em *A Urbanização Brasileira*, evidencia que, durante séculos, o Brasil se manteve como um país essencialmente agrário. No decorrer do século XX, entretanto, observou-se uma transformação nesse padrão resultante de mudanças profundas, como a intensificação da industrialização, a urbanização acelerada e a modernização do campo. Essas transformações ocorreram de maneira desigual: o Sudeste experimentou um processo de industrialização, urbanização e modernização muito mais acelerado do que regiões como o Nordeste, acentuando os desequilíbrios regionais historicamente existentes (SARMENTO, 1984). Simultaneamente, o novo modelo urbano-industrial passou a demandar uma quantidade crescente de mão de obra nos centros urbanos (OLIVEIRA, 1981). Como resultado, grandes fluxos de trabalhadores migraram do campo para as cidades, fenômeno comumente conhecido como êxodo rural.

No estado da Paraíba, a urbanização e a industrialização desenvolveram-se de maneira inicialmente lenta. Porém, ao longo do século XX, observou-se uma aceleração progressiva desses processos, permitindo que o estado seguisse a tendência nacional de crescimento urbano e industrial, ainda que gradualmente (SILVA, 2004). Consequentemente, houve uma inversão da distribuição populacional, com a população urbana superando a predominância histórica da população rural, evidenciando transformações significativas na estrutura socioeconômica e no espaço territorial paraibano. Essa paulatina inversão da distribuição populacional urbana e rural marcou a Paraíba entre 1940 e 1980. Durante esse período, as migrações registradas ocorriam tanto em âmbito interestadual, ou seja, entre diferentes estados, quanto intraestadual, dentro do próprio estado. Cumpre destacar que essas migrações podiam ser classificadas conforme o local de partida e o local de chegada, configurando-se como rural-rural, rural-urbana, urbana-urbana ou urbana-rural (SARMENTO, 1993).

O presente trabalho se trata de uma investigação voltada à compreensão das dinâmicas populacionais decorrentes da migração do campo para a cidade na Paraíba, entre 1940 e 1980. Contudo, essa investigação enfrentou alguns desafios. Entre eles, destaca-se a dificuldade em estabelecer os limites entre campo e cidade.

Com relação à distinção entre campo e cidade, Maria Lúcia Bernadelli (2013) em *Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural*, evidencia que a definição desses espaços é complexa, já que existem particularidades geográficas e históricas que dificultam uma delimitação precisa. Segundo a autora, compreender o campo e a cidade requer ir além da

mera noção de espaço físico. É necessário considerar dimensões sociais, econômicas e culturais que atravessam esses territórios e moldam as experiências de seus habitantes.

Em virtude dessa complexidade, a investigação dos fluxos migratórios na Paraíba exigiu uma construção multidisciplinar. A pesquisa adota uma abordagem histórico-analítica e qualitativa, voltada à compreensão das dinâmicas populacionais na Paraíba entre 1940 e 1980. Para tanto, foram mobilizadas diferentes fontes. Entre elas, destacam-se os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que permitiram identificar tendências migratórias, e os documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que forneceram registros sobre a realidade social dos trabalhadores rurais no período.

Além disso, foram utilizadas contribuições bibliográficas de historiadores, geógrafos, economistas, sociólogos, antropólogos e demógrafos, como Milton Santos, Emília Moreira, Ivan Targino, Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, José Camargo, Paul Singer, Francisco de Oliveira e Walney Sarmiento, que ofereceram suporte teórico à análise. O método consistiu na interpretação crítica, articulando estatísticas com os aspectos socioeconômicos e culturais das migrações, de modo a compreender o êxodo rural paraibano como parte de um processo histórico mais amplo, marcado por desigualdades regionais, pelas relações de trabalho e pelas disputas pela terra.

Nesse sentido, a pesquisa abarca a formação da estrutura agrária e das relações de trabalho que caracterizaram o campo; a industrialização e urbanização brasileira e os desequilíbrios regionais; os mecanismos de expulsão e as condições de vida dos trabalhadores rurais; o papel desempenhado por Campina Grande e João Pessoa como cidades de chegada; e as formas de resistência para permanecer no meio rural. Essa estrutura do trabalho permite ao leitor compreender os eventos históricos que alteraram a distribuição demográfica entre os dois espaços.

Dessa forma, o estudo busca ultrapassar a mera descrição quantitativa dos movimentos populacionais paraibanos, ao focar a análise nos acontecimentos que antecederam e nos desdobramentos desses acontecimentos, buscando entender a realidade paraibana entre 1940 e 1980 e analisar as transformações e as permanências que delinearam a estrutura brasileira e continuam a influenciar as formas de organização social no presente.

1. DO ENGENHO À FAZENDA: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA PARAIBANA

Emília Moreira e Ivan Targino (1997), em *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*, discorrem sobre a formação do espaço agrário paraibano. Os autores apontam que, antes da colonização portuguesa, o atual território paraibano era ocupado por diferentes povos indígenas, organizados em três grandes grupos: Tupis, Cariris e Tarairús (BORGES, 1993 apud MOREIRA; TARGINO, 1997). A presença efetiva dos colonizadores só se estabeleceu cerca de um século após a chegada de Cabral ao Brasil, através da necessidade de estruturar o sistema colonial em conformidade com os interesses da metrópole. Essa expansão partiu do litoral em direção ao sertão e teve a produção açucareira como atividade inicial (MOREIRA; TARGINO, 1997).

No litoral, o cultivo da cana-de-açúcar era destinado a suprir as exigências do comércio mercantil internacional e se desenvolveu a partir da política de concessão de extensas sesmarias (MOREIRA; TARGINO, 1997). Segundo Manuel Correia de Andrade (1995) em *Sociedade e Reforma Agrária no Brasil*, os indivíduos ricos e católicos recebiam dos donatários grandes extensões de terra. Em troca, pagavam um foro à Ordem de Cristo, que era nominalmente a proprietária de todas as terras do Brasil. Para o cultivo, utilizavam escravizados indígenas capturados nas guerras e importavam escravizados africanos, sobretudo da Guiné e de Angola, estabelecendo um forte comércio transatlântico. Dessa forma, a mão de obra negra tornou-se essencial para o desenvolvimento econômico das terras conquistadas. Jonas Duarte (2025), em *Semiárido: da seca à convivência, da história à esperança, da esperança à luta contra a ameaça da desertificação*, observa que a concessão de sesmarias, tanto no período imperial quanto no republicano, funcionava também como uma forma de premiar aqueles que se dispusessem a ocupar territórios considerados improdutivos pela Coroa.

Os sesmeiros possuíam apenas a posse da terra, e não o domínio legal sobre ela; contudo, detinham grande poder e exerciam a exploração completa das áreas a eles destinadas e das forças de trabalho nelas presentes (ANDRADE, 1995). O controle monopolista da terra tornou-se mais considerável em 1850 com a promulgação da Lei de Terras. O que antes era considerado apenas a posse, agora se tornava o acesso à propriedade pelo sistema de compra e venda (ANDRADE, 1995). A obrigatoriedade da venda das terras públicas esteve ligada à abolição gradual da escravidão no país, exemplificada à época pela Lei Eusébio de Queiroz,

promulgada no mesmo ano, que proibiu o tráfico transatlântico de escravizados. Essa articulação contribuiu para a organização da violência do Estado e de seus aliados, os latifundiários, contra pobres, indígenas e negros libertos. O trabalho escravo se transformou em trabalho “livre” preservando desigualdades, assimetrias e relações de subordinação (DOMINGUES, 2023).

A concentração fundiária e a exploração do trabalhador consolidaram-se, então, como as características centrais da estrutura agrária, moldando, por séculos, as relações sociais e econômicas no estado.

1.1. A EXPANSÃO PARA O SERTÃO

Na segunda metade do século XVII, a crise da produção açucareira liberou parte da mão de obra, incentivando deslocamentos para o interior e contribuindo para o povoamento do Sertão e do Agreste. A expansão da ocupação também se relacionou à criação de gado, que, embora tenha surgido como atividade complementar ao açúcar na Zona da Mata, acabou ultrapassando os limites dos engenhos e avançando para o interior. Dessa forma, a pecuária tornou-se um elemento central na ocupação e organização econômica do sertão paraibano (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A interiorização dessa atividade se deu por meio dos chamados “caminhos do gado”. Na Paraíba, destacam-se duas rotas principais: uma que seguia do leste para o oeste, acompanhando o curso do rio Paraíba, e outra que avançava do sul para o norte, partindo da Bahia, seguindo pelo rio São Francisco, atingindo Pernambuco e, posteriormente, a Paraíba. Ao longo desses trajetos, multiplicaram-se currais e fazendas (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A disponibilidade de terras, combinada às condições naturais adversas, como a irregularidade das chuvas, os longos períodos de seca e a baixa qualidade da vegetação da caatinga, favoreceu a formação de grandes propriedades voltadas à pecuária. Por exigir poucos trabalhadores, essas fazendas podiam ser mantidas com mão de obra reduzida. Com essas características, a fazenda sertaneja enraizou-se, então, como um segundo núcleo latifundiário no estado (GUIMARÃES, 1969 apud MOREIRA; TARGINO, 1997).

Além disso, Moreira e Targino (1997) apontam que no final do século XVIII, impulsionado pelo desenvolvimento da indústria têxtil inglesa e pelo afastamento dos Estados Unidos do comércio internacional durante a Guerra de Independência americana, o algodão

passou a ocupar papel central na economia da Paraíba. O seu cultivo se estendeu por todo o território, mas foi no Sertão e no Agreste que o algodão se tornou uma atividade hegemônica. Essa expansão algodoeira ocorreu porque essa cultura proporcionou aos produtores locais uma fonte adicional de renda, podendo ser cultivada junto às lavouras de subsistência e funcionando como complemento da pecuária. Dessa forma, estabeleceu-se o chamado tripé da produção semiárida: gado, algodão e policultura.

O século XIX e o início do século XX foram marcados pelo crescimento da indústria têxtil regional, o que reforçava a produção algodoeira, apesar da crise nacional do algodão que ocorria no país. Nesse período, foram instaladas grandes unidades de beneficiamento de fibra e de caroço, algumas de capital estrangeiro, como SANBRA e ANDERSON CLEYTON, e outras de capital local, situadas nas principais cidades do Sertão da primeira metade do século XX, como Souza, Pombal, Patos e Cajazeiras (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Segundo Edgar Braga Neto (2024), no início do século XX, além da expansão da indústria algodoeira, a economia do semiárido tornou-se mais estável graças à intervenção do Estado por meio da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada em 1909 a partir de um acordo entre as oligarquias do Norte e o presidente Nilo Peçanha. Esse órgão refletia a expansão do aparelho estatal, impulsionada pelo ingresso de capitais estrangeiros que financiaram infraestrutura de comunicação e transporte, ampliando a ingerência do governo sobre a economia local (SOBRINHO, 1953; SEVCENKO, 1999 apud NETO, 2024).

De acordo com o autor, a política estatal de combate à seca priorizou a fixação da população no semiárido, favorecendo a lavoura comercial e a pecuária dos grandes proprietários. O objetivo real, encoberto pelo discurso da “integridade política da nação”, era manter os camponeses sem terra vinculados às fazendas. Não por acaso, já na década de 1910, havia praticamente duas classes sociais no sertão: os proprietários e os moradores, que representavam cerca de 80% da população (LISBOA, 2010 apud NETO, 2024). Esse chamado “projeto de integração nacional” visava, na prática, fortalecer os latifúndios. Assim, a intervenção do Estado não tinha como foco assistir a população pobre e sim conter os deslocamentos populacionais, garantindo mão de obra para as fazendas e eleitores para os currais.

Para compreender essa dinâmica, é fundamental examinar a formação das relações de trabalho no espaço agrário paraibano.

1.2. ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

No contexto da análise sobre as relações de trabalho empregadas no espaço agrário paraibano, Emília Moreira e Ivan Targino (1997) apontam que o engenho foi, por muito tempo, a principal base da Colônia, integrando em sua organização a produção agrícola e o processamento industrial. Devido às limitações técnicas e ao ritmo intenso da produção açucareira, frequentemente com duas safras simultâneas, sua manutenção demandava a mobilização de um grande contingente de trabalhadores.

Inicialmente foi utilizada nos engenhos a força de trabalho indígena. Contudo, esse modelo foi logo substituído pela mão de obra africana escravizada. Nesse sistema, o trabalho e o próprio trabalhador era propriedade do senhor, que podia vendê-lo como se fosse um objeto (MOREIRA; TARGINO, 1997). Essa “coisificação do escravizado” revela não somente a mentalidade vigente, mas também uma ideologia que continuou sustentando a visão da classe dominante mesmo após a abolição (LARA; DIOGO, 2022).

Por aproximadamente três séculos, o trabalho escravo constituiu a base da economia açucareira na Paraíba. Entretanto, em períodos de crise do sistema, novas modalidades de trabalho foram incorporadas. A partir da segunda metade do século XVII, com a retração do setor açucareiro, os senhores de engenho passaram a fixar camponeses em suas terras de modo mais recorrente, favorecendo o surgimento de mais lavradores e moradores. Os lavradores correspondiam a pequenos produtores que cultivavam em terras próprias ou em parcelas arrendadas dentro do engenho, com o objetivo de fornecer cana aos senhores. Já os moradores eram camponeses sem terra, autorizados pelo proprietário a ocupar uma porção da propriedade, na qual podiam residir e manter pequenas roças (MOREIRA; TARGINO, 1997). Como observam Moreira e Targino:

Os moradores eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (o cambão), dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros), ou a pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro, (moradores foreiros). Muitas vezes, além do foro, eram obrigados também a pagar o cambão. Além do morador de condição, existia também o ‘morador agregado’ (sistema de trabalho mais antigo que era utilizado pelos grandes proprietários). (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 44)

No sistema de morada, o proprietário concedia ao trabalhador o direito de usar a terra, acessar água, lenha e realizar pequenos cultivos ou criação de animais. Em troca, o morador

deveria dedicar sua força de trabalho de forma exclusiva ao senhor. Os acordos eram estabelecidos de maneira oral e direta. Nesse arranjo, o poder estava concentrado nas mãos do proprietário, que podia rescindir o pacto a qualquer momento, enquanto o morador só tinha essa possibilidade se estivesse livre de dívidas. A relação era profundamente desigual, marcada pelo controle do senhor e pelo endividamento do trabalhador, frequentemente preso através do sistema dos barracões e dos vales. Como a permanência na terra dependia da quitação dessas dívidas, o morador acabava submetido a uma condição próxima da servidão, perpetuando a exploração e limitando suas possibilidades de autonomia (MOREIRA;TARGINO, 1997).

Nas fazendas sertanejas, apesar de apresentar diferenças com relação ao engenho, as relações de trabalho seguiam a mesma lógica da economia açucareira. Nessas relações, predominavam formas pré-capitalistas, como a Meia, a Terça, a Conga e a Sorte. O sistema de morada recorria aos barracões para aprisionar os trabalhadores em dívidas praticamente impossíveis de quitar. Dessa forma, o morador sertanejo também permanecia em uma condição de semiescravidão, remunerado apenas com moradia e alimentação (DUARTE, 2025).

Essa organização do trabalho reforçava a centralidade da terra como instrumento de poder e controle. Nesse sentido, Pedro Eugênio Cabral afirma que:

A permissão ‘graciosa’ do senhor de Engenho, do morador morar e cultivar um pedaço de terra (mesmo em casos em que não existisse pagamento de renda em dinheiro) garantia a propriedade privada da terra em áreas que, do contrário, poderiam ser consideradas devolutas. Isso evitava que o homem livre fosse um ocupante e transformava-o em um agregado, engendrando nele e em torno dele, uma ideologia de submissão e aceitação de sua condição de despossuído, legitimando concretamente, ao nível das relações sociais, a propriedade territorial privada, já existente em termos legais. (CABRAL, 1987 apud MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 44)

Desse modo, as formas de trabalho atuavam como instrumentos de reafirmação da posse da terra, garantindo aos senhores o domínio sobre a propriedade e a submissão da força de trabalho camponesa.

Edgar Braga Neto (2024), em *Moradores de fazenda: um estudo sobre a sua dupla consciência*, analisa a permanência e a relevância do sistema de morada no semiárido brasileiro. Ao longo do século XX, esse sistema, ainda que sujeito a momentos de retração, manteve-se como eixo central das relações de trabalho na região (MAIA, 2013 apud NETO, 2024). Esse cenário só se manteve graças ao apoio estatal aos latifundiários, que, ao mesmo

tempo em que recebiam obras de infraestrutura, preservavam práticas arcaicas de exploração baseadas em uma grande quantidade de moradores submetidos a um trabalho exploratório. Simultaneamente, os moradores asseguravam apoio político aos fazendeiros e se tornavam fundamentais para a reprodução econômica regional (BOTELHO, 2019 apud NETO, 2024).

A persistência do sistema de moradores evidencia a organização do trabalho rural como uma forma de exploração econômica no semiárido. Com a intensificação da industrialização e a expansão urbana no Brasil, novas transformações começaram a impactar essas relações. Na Paraíba, esses processos alteraram gradualmente a estrutura produtiva regional, sem eliminar as desigualdades históricas herdadas do modelo agrário.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E SEUS EFEITOS NA PARAÍBA

Ao discutir a formação do espaço urbano no Brasil, Milton Santos (1993) demonstra que a urbanização foi lenta, marcada pelo predomínio de uma sociedade agrária, cuja população permaneceu no campo até o século XIX. Apenas gradualmente, as cidades passaram a concentrar habitantes, e esse processo prolongou-se, moldando os espaços urbanos e rurais contemporâneos e evidenciando a histórica desigualdade regional.

No que se refere à formação das primeiras cidades brasileiras, Nestor Goulart Reis (1968) identificou a constituição de uma rede urbana entre 1500 e 1720, composta ao final do período por sessenta e três vilas e oito cidades. Isso demonstra que a fundação de cidades já fazia parte da organização social e econômica colonial, entretanto, sem refletir uma urbanização ampla (apud SANTOS, 1993).

O desenvolvimento urbano nacional ganhou mais potência apenas a partir do século XVIII, quando a propriedade urbana passou a assumir certa relevância dentro das dinâmicas coloniais. Como observa Bastide (1978), nesse momento a casa da cidade tornou-se a residência mais importante do fazendeiro, ou do senhor de engenho, que só ia à sua propriedade rural no momento do corte ou da moenda da cana (apud SANTOS, 1993). Porém, mesmo com o desenvolvimento dos núcleos urbanos, o seu fundamento permanecia fortemente vinculado às atividades agrárias.

A primeira fase de urbanização mais acelerada no Brasil ocorreu no final do século XIX. Em 1872, apenas 5,9% da população vivia em áreas urbanas, percentual que aumentou para 9,4% em 1900. Embora o crescimento tenha se mantido relativamente lento entre 1890 e 1920, o período de 1920 a 1940 apresentou uma expansão mais significativa: a população urbana passou de 4.552.000 para 6.208.699 habitantes, representando 31,24% do total da população nacional (VILLELA; SUZIGAN, 1970 apud SANTOS, 1993). Em 1980, a população brasileira já se encontrava majoritariamente urbanizada, com 67,6% residindo em áreas urbanas, enquanto apenas 32,4% permaneciam no meio rural (IBGE, 1980).

Esse salto demográfico não pode ser compreendido de forma isolada, pois esteve diretamente relacionado às transformações econômicas que o país atravessava. Em outras palavras, para entender o aceleração da urbanização, é fundamental examinar paralelamente como ocorreu a industrialização, já que foi ela o principal fator de atração e concentração populacional nos centros urbanos.

2.1. O MODELO URBANO-INDUSTRIAL

José Francisco de Camargo (1957), em *Êxodo Rural no Brasil: Ensaio sobre suas Formas, Causas e Consequências Econômicas Principais*, observa que, durante o período imperial, começaram a surgir as primeiras iniciativas de industrialização no país. Entre 1850 e 1880, políticas protecionistas, como as tarifas Itaboraí (1869) e Rio Branco (1874), a entrada de capitais estrangeiros e o progressivo enfraquecimento do sistema escravista estimularam os primeiros esforços de criação de indústrias.

Segundo Camargo, até 1880 a economia brasileira manteve-se predominantemente agrícola. Foi entre 1880 e 1914 que ocorreram transformações profundas na estrutura socioeconômica, destacando-se a abolição da escravidão, a Proclamação da República, a consolidação da cafeicultura e o aumento da imigração. O autor caracteriza esse período como um verdadeiro “surto industrializador”, impulsionado pelo desestímulo aos agricultores após a abolição e pelos efeitos do Encilhamento, que estimularam novos investimentos produtivos. Essa base permitiu que a industrialização ganhasse força, consolidando a região Sudeste, especialmente São Paulo, como o centro da liderança econômica nacional.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, inaugurou uma nova etapa no desenvolvimento econômico brasileiro. Entre 1930 e 1954, período em que Vargas esteve à frente do governo, a indústria passou por importantes transformações.

Francisco de Oliveira (1981) em *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, destaca que a Revolução de 1930 representou o fim do ciclo agrário-exportador e o início da afirmação de uma economia urbano-industrial através da substituição de importações. Para sustentar o novo modelo, foi necessário reduzir os lucros do setor agrícola exportador e ampliar os incentivos ao setor industrial. Assim, os produtores voltados ao mercado externo perderam espaço, enquanto aqueles direcionados ao consumo interno passaram a ser favorecidos. A predominância do setor industrial se consolidou em 1956, quando a sua renda superou a renda agrícola, mas algumas mudanças estruturais estavam em curso, como a regulamentação das relações de trabalho.

Ainda em consonância com o autor, a regulamentação das relações de trabalho assumiu papel central nessa industrialização, sobretudo com a instituição do salário mínimo, que buscava garantir um patamar básico de remuneração. Concomitantemente, a

intensificação da urbanização estimulava fluxos migratórios em direção às cidades, resultando na formação de um vasto “exército de reserva” de trabalhadores. Essa condição oferecia às empresas maior previsibilidade em seus cálculos econômicos, contribuindo para a contenção dos salários, já que a abundância de mão de obra pressionava para baixo o valor da força de trabalho.

Outro ponto importante destacado na obra é que, embora o crescimento do setor urbano-industrial tenha ocorrido em parte às custas da agricultura, não houve uma ruptura completa entre os dois setores. O campo continuou estruturado de maneira tradicional, mantendo a profunda exploração dos trabalhadores rurais. Desse modelo, emergiu também um proletariado rural.

Após 1945, em um contexto global, a situação brasileira se tornou desfavorável: o capitalismo concentrou-se na reconstrução das economias devastadas pela guerra, mantendo a antiga divisão internacional do trabalho. Enquanto os países industrializados expandiam a produção e o comércio de manufaturas, nações periféricas como o Brasil permaneciam fornecendo matérias-primas e produtos agrícolas. Internamente, isso fez com que o Brasil tentasse consolidar sua indústria articulando setores modernos com atividades tradicionais (OLIVEIRA, 1981).

Essa articulação tornou-se mais forte durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que se destacou pelo forte incentivo à industrialização e pelo investimento na modernização da infraestrutura nacional. Contudo, a expansão industrial apresentava contradições: a crescente dependência de capital estrangeiro e o recurso contínuo a empréstimos privados de curto prazo tornavam a economia vulnerável às flutuações externas. Dessa forma, embora avançasse na industrialização, o país permanecia em um caráter de dependência econômica (OLIVEIRA, 1981).

Ainda assim, no início dos anos 1960, o Brasil se consolidou como um dos países com maior base industrial na América Latina, mas o país continuava marcado por estruturas agrárias retrógradas. Nesse período, ficou evidente que, embora o Brasil tivesse consolidado uma base industrial, o país não solucionou o problema da heterogeneidade estrutural, permanecendo como uma sociedade desigual, na qual as disparidades econômicas se refletiam em diferenças qualitativas entre as regiões e grupos sociais (PRADO, 2011).

Essa contradição pode ser observada no comportamento dos salários reais que permaneceram praticamente estagnados mesmo após anos de crescimento industrial. Em São Paulo, principal centro industrial do país, o salário mínimo real em 1968 chegou a ser inferior

ao registrado em 1964. O resultado predominante da industrialização, até então, foi o aumento da exploração dos trabalhadores, suavizado apenas em momentos nos quais a classe trabalhadora conseguiu exercer algum grau de pressão política (OLIVEIRA, 1981).

No ano de 1964, em decorrência do Golpe Civil-Militar, surgiu um novo projeto para o Brasil: o projeto liberal-conservador. O golpe levou ao poder militares e tecnocratas, apoiados principalmente pelas burguesias estrangeiras e nacionais, pelos latifundiários e por parte da classe média. Nesse contexto, o temor de uma suposta ameaça comunista se associou ao receio da perda de privilégios por parte de uma classe recém-integrada ao mercado de consumo. A partir da construção da figura do inimigo interno, promoveu-se uma remodelação da estrutura estatal, concebida para implementar a Doutrina de Segurança Nacional, cujo objetivo central era fortalecer os mecanismos de repressão e o controle antissubversivo. (GASPAROTTO, 2008 apud LIMA; KONRAD, 2013). Existia uma relação direta entre a opção ideológica do governo pela Doutrina de Segurança Nacional e seus planejamentos econômicos. O objetivo dessa relação consistia em potencializar o modelo de acumulação capitalista através de uma atuação estatal incisiva, ao mesmo tempo em que se assegurava a atração de investimentos mediante a manutenção da ordem social (LIMA; KONRAD, 2013).

No intuito de superar a crise econômica que se abatia sobre o país desde o início da década de 1960 e justificar a sua permanência no poder, o regime militar delineou um projeto que se pretendia ser desenvolvimentista. Durante esse período, os grupos multinacionais avançaram rapidamente, dominando os setores mais dinâmicos e lucrativos da economia em detrimento das empresas nacionais. Esse processo aprofundou a dependência econômica do país, estreitando os vínculos com o capitalismo internacional (BRUM, 1986 apud LIMA; KONRAD, 2013).

Entre 1968 e 1973, o Brasil vivenciou um crescimento econômico acelerado, caracterizado pelo aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB), período que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Em contrapartida, a produção interna não tinha como foco atender às necessidades básicas da população em geral, mas sim os interesses do mercado externo e de uma parcela interna com maior poder aquisitivo (LIMA; KONRAD, 2013).

Além disso, as pressões inflacionárias tornaram o controle de preços um dos principais desafios do governo. Paul Singer (1976) em *As Contradições do Milagre*, explica que a Comissão Interministerial de Preços (CIP), criada em 1968, tinha o intuito de combater a inflação, mas apenas a reprimia. A ideia do regime era permitir reajustes apenas quando

houvesse aumento comprovado de custos. Esse mecanismo seguia, em partes, a lógica das grandes empresas monopolistas, que mantinham margens de lucro estáveis e respondiam à alta demanda. Entretanto, nos setores dominados por pequenas e médias empresas, de difícil fiscalização, a escassez gerava especulação. Dessa forma, o impulso inflacionário não desaparecia, mas se deslocava para outras áreas da economia, elevando o custo de vida e pressionando os salários.

Com o enfraquecimento do dinamismo produtivo e o aumento expressivo da dívida externa, a partir de 1974 o chamado “milagre econômico” entrou em declínio, culminando no agravamento da crise ao longo da década de 1980, quando ficou evidente a exaustão do projeto desenvolvimentista da ditadura militar.

2.2. DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E A PARAÍBA

Apesar das diversas contradições da economia brasileira, o espaço urbano cresceu de forma expressiva entre 1940 e 1980. Paul Singer (1970), em *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*, observou que o crescimento rápido das metrópoles em países subdesenvolvidos não representou um avanço econômico para toda a população; pelo contrário, a industrialização potencializou os desequilíbrios internos.

No Nordeste, esse avanço industrial e urbano se aliou a um sistema agrário concentrado e pouco dinâmico, intensificando desigualdades históricas já existentes. Para Sarmiento (1984), a população nordestina, em grande parte dependente das atividades rurais, vivenciava um contínuo empobrecimento no campo e no espaço urbano. Diante desse cenário, muitos trabalhadores viam na migração uma alternativa de sobrevivência, deslocando-se para outras regiões dentro do próprio Nordeste ou buscando novas possibilidades em estados mais industrializados, como os do Sudeste.

Sobre essa situação, Sarmiento destaca:

Com o desenvolvimento de um complexo industrial no Estado de São Paulo, que já começara nos princípios do século XX, as distâncias entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil se alargaram. O agravamento da situação socioeconômica do Nordeste conduz ao fato de que essa região desponte como centro fornecedor de migrantes (SARMENTO, 1984, p. 15)

Portanto, podemos concluir que o crescimento industrial concentrado acentuou as desigualdades regionais no Brasil, tornando o Nordeste uma região exportadora de mão de obra migrante.

Para reduzir essas desigualdades, foram criados órgãos públicos voltados ao desenvolvimento do Nordeste: em 1945, o Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) tornou-se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); em 1948, surgiu a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF); em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB); em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), inspirada nas propostas de Celso Furtado; e, em 1974, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) (DUARTE, 2025).

Esses órgãos desempenharam papéis fundamentais na formulação de projetos e políticas públicas voltadas à modernização regional. Porém, durante muito tempo, tais iniciativas permaneceram pautadas em uma visão reducionista, que atribuía a responsabilidade pelas desigualdades sociais e econômicas do Nordeste quase exclusivamente ao fator climático, em especial às secas (SILVA, 2004).

Lígia Maria Tavares da Silva (2004), em *Características da urbanização na Paraíba*, observa que no estado da Paraíba a industrialização ocorreu por meio da entrada de capital, primeiro estrangeiro, destinado à construção da rede ferroviária, e depois nacional, voltado à construção de açudes nas regiões mais secas por meio do IFOCS. Todavia, a ferrovia não promoveu uma integração ampla do território, beneficiando pouco os pequenos produtores e direcionando o escoamento de recursos para Pernambuco, já que as linhas conectavam o interior paraibano ao porto de Recife, reforçando a exploração regional.

Consoante a análise da autora, observa-se que, como resultado desse processo, os ganhos da modernização concentraram-se em grupos específicos: comerciantes urbanos, fazendeiros de gado e algodão e negociantes de Recife foram os principais beneficiados, enquanto a maior parte da população rural continuou sem melhorias consideráveis. A estrutura de poder oligárquica, baseada em relações de parentesco e privilégios restritos, manteve-se e continuou influenciando a política local. Apesar disso, algumas cidades avançaram em infraestrutura e serviços, mostrando que a modernização trouxe benefícios pontuais, sem transformar profundamente as desigualdades sociais.

No final da década de 1920, o presidente João Pessoa buscou reduzir a dependência da Paraíba em relação a Pernambuco no comércio, defendendo que o estado deveria comercializar e exportar seus próprios produtos. A partir desse momento, observou-se uma

aceleração do desenvolvimento urbano na Paraíba, impulsionada principalmente pela ação do Governo Federal e pelo envolvimento direto de políticos locais junto a Brasília. Posteriormente, destacaram-se as ações do DNOCS, responsável pela construção de açudes, rodovias e melhorias na infraestrutura urbana do sertão, e da SUDENE, cuja atuação foi mais forte em Campina Grande e João Pessoa, promovendo a construção de rodovias e a instalação de Distritos Industriais (SILVA, 2004).

Já por volta de 1950, o cultivo do algodão passou a ocupar cerca de 70% do território paraibano, o que estimulou a expansão da malha ferroviária para escoar a produção. Com o tempo, essas linhas férreas perderam importância devido à construção de rodovias. Essas construções de rodovias estavam alinhadas à política centralizadora de Getúlio Vargas e continuaram recorrentes durante o regime militar. No âmbito estadual, os efeitos foram sentidos de forma intensa. Pequenas indústrias locais não resistiram à concorrência com os produtos do Centro-Sul e fecharam suas portas. As feiras, antes centros de comércio artesanal e cultural, passaram a comercializar produtos industrializados, perdendo suas características tradicionais e assumindo um papel de informalidade econômica. As feiras de gado foram gradualmente substituídas pela venda direta das fazendas para frigoríficos, viabilizada pelas novas rodovias (SILVA, 2004). Tais mudanças contribuíram para aprofundar os desequilíbrios internos, restringindo as atividades econômicas disponíveis em diferentes áreas.

A partir da década de 1960, a urbanização na Paraíba começou a acelerar. Esse fenômeno pode ser observado em conjunto com o aumento das migrações do campo para a cidade e com a implementação de políticas urbanas federais. João Pessoa, por exemplo, que até então apresentava crescimento lento, passou por transformações significativas com a ampliação da malha rodoviária, a construção de conjuntos habitacionais e a instalação do campus da Universidade Federal da Paraíba e do Distrito Industrial, financiados por órgãos federais como o MEC e a SUDENE (SILVA, 2004).

Em síntese, a industrialização e urbanização que se instituíram no Brasil no final do século XIX e durante o século XX tiveram impactos distintos nas diferentes regiões do país. Enquanto o Sudeste, sobretudo São Paulo, se beneficiou de políticas de substituição de importações, investimentos em infraestrutura e concentração industrial, a Paraíba experienciou uma modernização limitada. Entretanto, a urbanização no Estado acompanhou, ainda que de forma mais lenta e desigual, a tendência nacional: a migração campo-cidade, a expansão de infraestrutura urbana e a intervenção do Estado estimularam o crescimento de centros urbanos, como João Pessoa e Campina Grande.

3. FATORES DE EXPULSÃO DO CAMPO

Quando analisamos os fatores que levam à saída do campo, a seca quase sempre surge como a principal causa do êxodo rural nordestino. Essa associação é constantemente reforçada por expressões artísticas, como a literatura, a música e a pintura, que apresentam o retirante diante de um inimigo implacável: o clima.

Em sua obra clássica *Geografia da Fome*, Josué de Castro (1984) define o sertão nordestino como uma extensa área territorial de aproximadamente 670.000 quilômetros quadrados, onde o clima semiárido é marcado pela recorrência de secas cíclicas que moldam a vida do sertanejo. No mesmo escrito, o autor observou que, em meados do século XX, a região do semiárido nordestino, denominada polígono das secas, abrigava cerca de sete milhões de habitantes. Nesta região, a seca, muitas vezes entendida como uma fatalidade climática, foi frequentemente apontada como a principal explicação para o fenômeno da fome.

Nas palavras de Josué de Castro:

As secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as paisagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada (CASTRO, 1984, p. 177).

Nos períodos de chuvas regulares, o sertanejo vivenciava uma fase de relativa abundância. O esforço direcionado à terra absorvia por completo o trabalhador rural, constituindo “um trabalho de Hércules, capaz de esgotar as reservas e energias de qualquer povo”. Com a chegada da estiagem, a vitalidade do sertão parecia se extinguir, dando lugar ao despovoamento e a um regime de subalimentação (CASTRO, 1984, p. 217). Segundo o autor:

A sua dieta nesta fase se reduz logo a um pouco de milho, de feijão, de farinha. Mas se a seca persiste, estes poucos gêneros desaparecem do mercado, ficando o sertanejo reduzido aos recursos das “iguarias brabas”, das “comidas brabas” – raízes, sementes e frutos silvestres de plantas incrivelmente resistentes à dessecação do meio ambiente (CASTRO, 1984, p. 220).

Castro (1984) demonstrou que, quando a escassez de alimentos se tornava severa ao ponto da dieta se reduzir à mera subsistência, situação que ele denominou “última etapa de permanência na terra desolada”, o sertanejo transformava-se em retirante. No entanto, o autor enfatizou que o verdadeiro motor dessa situação não era o clima, mas sim a estrutura socioeconômica vigente na região.

Seguindo o pensamento de Castro, é preciso considerar que, embora prevaleça a ideia simplista de que a seca seria a principal responsável pelo coletivo de retirantes provenientes do meio rural, diversos elementos contradizem essa interpretação. Na realidade, a seca não se configura como fator determinante da pobreza ou da fome. Trata-se de um elemento que agrava problemas estruturais decorrentes da persistência de um modelo agrário que manteve o subdesenvolvimento na região.

A estrutura agrária arcaica, caracterizada pela persistência da elevada concentração fundiária, constituiu um dos principais fatores de expulsão do meio rural. Como evidencia a capa de um boletim periódico intitulado *O Trabalhador Rural* (1978), publicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG): “Estrutura agrária brasileira: poucos com muita terra, alguns com pouca terra, muita gente sem terra”.

Nesse mesmo periódico, foi registrada uma denúncia sobre o aumento da concentração de renda e de terras entre 1970 e 1975. O censo agropecuário de 1975, divulgado pelo IBGE, confirmou que, entre 1970 e 1975, a área ocupada pelos maiores estabelecimentos agropecuários aumentou de 294.145.000 hectares para 322.621.000 hectares, implicando uma redução da área disponível para os estabelecimentos menores. Essa concentração de terras e de renda prejudicou ainda mais os trabalhadores rurais, que, diante da diminuição das oportunidades de emprego na agricultura, viram-se obrigados a buscar nos grandes centros urbanos alternativas para sua sobrevivência. Fenômeno que resultou no empobrecimento dos trabalhadores rurais, na expansão das favelas nas grandes cidades e no crescimento dos conflitos relacionados à posse da terra. (CONTAG, 1978).

Josué de Castro (1984) também relatou essa situação: em meados do século XX, cerca de 74% da população ativa estava ocupada nas atividades primárias da agricultura, enquanto a média nacional era de 61%. O trabalhador rural nordestino apresentava uma necessidade acentuada de acesso a terras produtivas, mas essa possibilidade era praticamente inexistente. Observa-se que 50% da área total do Nordeste era açambarcada por 3% dos seus proprietários rurais e mais de 50% das propriedades contavam com mais de 500 hectares de terra.

As causas dessa maior concentração fundiária podem ser compreendidas a partir das políticas agrárias e agrícolas adotadas na época: havia um claro favorecimento à expansão das grandes propriedades; o crédito rural era direcionado sobretudo às grandes empresas; e a tecnologia utilizada no campo mostrava-se inadequada às necessidades dos pequenos produtores (CONTAG, 1978).

Para compreender essas causas, convém destacar que a modernização do campo, que teve início na década de 1950, estava subordinada às exigências da acumulação capitalista. A lógica era a de que, para aumentar o lucro, a agricultura precisava elevar a produtividade do trabalho. Esse aumento de produtividade implicou na ampliação da jornada laboral e no aumento do ritmo de vida das pessoas (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Sobre a modernização do campo, Moreira e Targino destacam:

No Brasil, a implantação da indústria pesada entre 1955 e 1961, a consolidação do complexo agroindustrial, a criação de um Sistema de Crédito Nacional, a intensificação do processo de urbanização e a ação do Estado através da implementação de políticas agrícolas destinadas a favorecer e incentivar a aquisição dos produtos da indústria pelos produtores rurais (sobretudo os médios e grandes), constituíram a mola mestra da “modernização conservadora da agricultura” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 98).

Acrescenta-se, segundo os autores, que a incorporação do progresso técnico proporcionado pelo processo de modernização da agricultura ocorreu de maneira desigual. Essa modernização foi mais intensa no centro-sul do país do que nas regiões Norte e Nordeste e foi marcada pela crescente influência do capital na produção agrícola, transformando profundamente as relações de trabalho no campo.

A partir da década de 1970, o avanço do trabalho assalariado passou a provocar a expulsão e a expropriação de milhares de trabalhadores, substituindo práticas tradicionais por formas mais precarizadas de emprego. Entre 1970 e 1980, o número de empregados assalariados aumentou em média 125,6%. Nesse mesmo período, outras formas de trabalho, como a força de trabalho familiar, os parceiros subordinados, os arrendatários, os moradores e agregados, os pequenos proprietários, diminuíram consideravelmente. Esse fenômeno evidencia “a retração de formas e relações de trabalho que não se ajustam às novas necessidades de acumulação capitalista na agricultura” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 263).

De acordo com os autores:

A agricultura subordina-se à lei do lucro e, para tal, necessita de um lado reduzir os custos com a mão-de-obra e, de outro, utilizar a terra da forma mais lucrativa possível. Desse jogo resulta o processo de expropriação/expulsão do trabalhador rural (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 265).

Em outras palavras, a subordinação da estrutura agrária ao capital potencializou a exclusão do trabalhador no espaço rural.

Portanto, embora o clima tenha sido por muito tempo apontado como o principal responsável pela expulsão do sertanejo da sua terra, observa-se que a persistência de uma estrutura agrária marcada pela concentração de terras e de renda, exerce um papel muito mais determinante nesse processo. Observa-se também que a modernização do campo, mesmo introduzindo algumas inovações, não alterou as desigualdades do espaço rural. Ao contrário, devido ao seu caráter excludente, a modernização ampliou as disparidades existentes. Como consequência desse conjunto de fatores, houve o aumento de outro fenômeno responsável pela expulsão do campo: A violência.

3.1. A VIOLÊNCIA NO CAMPO

Desde o início da colonização portuguesa no Brasil, a violência no campo esteve presente, não apenas como reflexo da conquista da terra, mas como elemento constitutivo na formação e estruturação do espaço agrário (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Como destacam Moreira e Targino:

O genocídio indígena, a violência da escravidão, o poder discricionário dos coronéis sobre os moradores, a perseguição, o extermínio de camponeses e líderes sindicais nos dias de hoje são faces distintas de uma mesma realidade: o exercício do poder dos donos para salvaguardar e fortalecer esses poderes (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 320).

Conforme discutido no capítulo 2, os elementos que fizeram parte da formação do espaço agrário estruturaram um controle monopolista, concentrando poder econômico e político nas mãos de poucos. Esse poder não se limitou ao controle sobre a terra, mas se estendeu à própria possibilidade de sobrevivência da população rural.

Inicialmente, o latifúndio se caracterizava pelo paternalismo e pela violência. Com o passar do tempo, as formas de manifestação desse poder foram adaptadas às transformações socioeconômicas, porém mantendo sua essência. Como forma de perpetuar as relações de subordinação, a burguesia agrária, por meio da lei, passou a delegar ao Estado a obrigação de defender seus interesses (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Um exemplo claro da coalizão entre o poder fundiário e o poder do Estado contra o trabalhador pode ser encontrado nas páginas do periódico *O Trabalhador Rural* (1978). A matéria denuncia:

Trabalhadores rurais mortos em PE

A CONTAG e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco denunciaram, às autoridades competentes, o tenente Feliciano Espenhara e mais três soldados, o comissário Antônio Pedro e o Vereador Nelson Marques como responsáveis pela morte dos trabalhadores rurais MARIVALDO DA SILVA e MAURO ANTONIO DA SILVA, ocorrida no Engenho Boa-Fé, de propriedade de Gilson Almeida Alencar, no município de Buenos Aires, no dia 08 de dezembro deste ano. (CONTAG, 1978, p. 18)

Após apresentar as vítimas, os assassinos e o local do crime, o texto prossegue contextualizando o motivo do assassinato:

Por causa de uma questão trabalhista contra Gilson Alencar, Mauro deixou o Engenho Boa-Fé indo trabalhar em Igarassu. No dia 08, atendendo pedido de sua mãe que o avisara de que seu pai estava hospitalizado, Mauro retornou ao Engenho. O ex-patrão, sabendo de sua presença ali, chamou a polícia para prendê-lo. (CONTAG, 1978, p. 18)

Esse trecho evidencia como a violência no campo funcionava como um instrumento de expulsão. No relato, Mauro, devido ao conflito com o patrão, resolve migrar para um outro território, distanciando-se da família. A denúncia continua:

O delegado e seus soldados, o comissário e o vereador chegaram ao Engenho e lá encontraram Mauro em companhia de sua mãe e de seu irmão, Marivaldo. Brutalmente, exigiram que Mauro jogasse fora a faca que trazia na cintura e os acompanhasse até a delegacia. Mas, no momento em que, atendendo à ordem, entregava a faca à sua mãe, Mauro recebeu vários tiros. Marivaldo, então, jogou-se contra os policiais, sendo, também, morto a balas. (CONTAG, 1978, p. 19)

Aqui é ilustrado como o poder político e policial serviam como instrumentos dos senhores de terra para perpetuar um sistema de exploração extrema através da violência. O poder fundiário era exercido, sobretudo, por meio do terror.

A reportagem finaliza destacando essa instrumentalização:

A morte desses dois companheiros vem aumentar o número de vítimas do poder latifundiário, que se utiliza até de maus policiais, para transgredir a lei e os direitos dos trabalhadores. (CONTAG, 1978, p. 19)

Por fim, a denúncia demonstra como a luta pela garantia de direitos no campo não se restringia ao embate entre trabalhadores e proprietários de terra. Ela se deparava com um sistema de poder estruturado na convivência das instituições estatais com os interesses da elite agrária.

Apesar da perpetuação do poder patronal violento, essa situação também gerava resistência e existia uma profunda revolta que motivava os trabalhadores a lutarem por seus direitos. Consequentemente, foram formadas diversas organizações dedicadas à defesa do trabalhador rural e à luta pela terra. Essas lutas, por sua vez, foram alvo de uma repressão que antecedeu e acompanhou o golpe de 1964.

Gilney Viana (2013), em seu livro *Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*, demonstra essa realidade. Segundo o autor, entre 1961 e 1988, diversas lideranças camponesas, sindicalistas rurais, jornalistas, advogados e religiosos que estavam ligados à luta camponesa, foram perseguidos, assassinados ou desapareceram, totalizando cerca de 1.654 vítimas.

Um indicativo adicional dessa violência pode ser observado nos *Cadernos de Conflito da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, onde são divulgados resultados dos levantamentos de dados sobre os conflitos agrários no Brasil. No caderno de conflitos divulgado em 1986 sobre o ano de 1985, na dedicatória do livro, Daniel T. Rech, então assessor jurídico da CPT, enfatizou:

Fazendeiros, latifundiários, grileiros, com seus jagunços, milícias particulares, forças policiais e setores do judiciário, praticaram e incentivaram a sua guerra, considerada santa, em defesa dos seus altos privilégios, em defesa de terras sobre as quais impuseram direitos completamente avessos, em defesa da “propriedade” considerada sagrada acima da vida, da sobrevivência (RECH, 1986, p. 3).

De acordo com o mesmo caderno, em 1985 foram registrados 768 conflitos de terra comprovados. Nesses episódios, 216 pessoas perderam a vida, 1.363 ficaram feridas e 527 foram presas. Entre os mortos, 145 foram assassinados diretamente, enquanto 71 faleceram

em decorrência das condições de trabalho perigosas e degradantes às quais os trabalhadores rurais eram submetidos.

Ao combinar pressão direta sobre o indivíduo com a precariedade estrutural do espaço agrário, a violência se torna um mecanismo de exclusão permanente, estimulando o êxodo rural e limitando as possibilidades de desenvolvimento local. A coerção, a insegurança, a exploração da mão de obra rural e a falta de acesso à terra e aos recursos, compõem as forças estruturais que forçam milhares de trabalhadores rurais a abandonar o meio rural em busca de sobrevivência.

4. MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE NA PARAÍBA (1940-1980)

Ao analisar os desequilíbrios regionais e os processos migratórios, Walney Moraes Sarmiento (1984), em sua obra *Nordeste, a Urbanização do Subdesenvolvimento*, ressalta que o modelo de desenvolvimento brasileiro concentrou os investimentos na industrialização, negligenciando a criação de políticas de reforma agrária que garantissem aos trabalhadores rurais acesso e permanência na terra. No caso do Nordeste, a conjunção de industrialização limitada e empobrecimento da população rural intensificou os fluxos migratórios, transformando a região em uma grande fornecedora de trabalhadores para outras áreas mais desenvolvidas do país.

Embora grande parte das migrações rurais tenha se direcionado para os centros urbanos do Centro-Sul, esse movimento também desempenhou um papel importante na urbanização do próprio estado. Percebe-se que, além de contribuir para o aumento populacional de outras áreas do Brasil, a migração rural também impactou os centros urbanos nordestinos, que passaram a absorver parte desses trabalhadores (SARMENTO, 1984).

4.1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ÊXODO RURAL

Até a segunda metade do século XVIII, a população da Paraíba era relativamente reduzida, variando entre 30 e 50 mil habitantes, número bastante inferior ao de Pernambuco, que já contabilizava em torno de 142 mil pessoas. Além de pequena, a distribuição populacional no território paraibano apresentava forte desigualdade. No Litoral concentrava-se a maior parcela dos moradores, sobretudo na área administrada diretamente pela capital, que reunia cerca de um terço do total. O Agreste, por sua vez, permanecia pouco ocupado, com maior adensamento apenas no Vale do Paraíba e nas proximidades da Vila de Nova Rainha, atual Campina Grande. Já o Sertão abrigava aproximadamente um quarto da população, destacando-se as vilas de São João e Pombal como principais núcleos de povoamento (MOREIRA; TARGINO, 1997).

De acordo com Moreira e Targino (1997), a participação da Paraíba na população nacional pode ser dividida em três momentos: primeiro declínio entre 1872 e 1900;

crescimento entre 1900 e 1940; e segundo declínio entre 1940 e 1980. Este último período é particularmente relevante para compreender o êxodo rural no século XX.

No Anuário Estatístico do IBGE de 1984, foi apresentado o levantamento do saldo migratório da Paraíba entre 1940 e 1980 (Tabela 1). Observa-se um aumento progressivo no número de pessoas que deixaram o Estado. Entre 1940 e 1960, o saldo migratório foi de (-) 271.448. Já no intervalo de 1960 a 1980, atingiu (-) 462.407, representando um crescimento de aproximadamente 70,4% do déficit migratório de um período para o outro.

Tabela 1 - Saldo Migratório da Paraíba (1940-1980)

Ano	Saldo Migratório
1940	(-) 54 556
1950	(-) 146 611
1960	(-) 326 004
1970	(-) 508 960
1980	(-) 788 411

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico, 1984. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

Apesar do saldo migratório indicar uma saída significativa de habitantes, especialmente a partir da década de 1970, esse movimento não impediu o crescimento urbano dentro do próprio estado. Os fluxos migratórios do campo se dirigiam tanto para outros estados quanto para as cidades dentro da própria Paraíba. A transferência de população do meio rural para o urbano se consolidou como um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento das cidades paraibanas.

Com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE de 1981, a população residente urbana apresentou um crescimento expressivo entre 1940 e 1980, passando de 311.402 para 1.449.004 habitantes. Já a população residente rural aumentou de 1.110.880 para 1.321.172 habitantes no mesmo período (Tabela 2). Embora o contingente rural tenha crescido cerca de 19%, o crescimento urbano foi muito mais proeminente, atingindo aproximadamente 365,3%.

Tabela 2 - População Residente Rural e Urbana na Paraíba (1940-1980)

Ano	População Rural	População Urbana
1940	1 110 880	311 402
1950	1 256 543	456 716
1960	1 303 515	697 336
1970	1 380 461	1 002 156
1980	1 321 172	1 449 004

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1981. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

O processo de migração interna pode ser percebido de modo mais claro ao analisarmos a progressiva mudança na proporção de habitantes entre as áreas rurais e urbanas. Segundo o Anuário Estatístico do IBGE de 1985, no ano de 1940, os residentes do campo representavam 78,11% do total de habitantes, enquanto a população urbana correspondia a apenas 21,89%. Já em 1980, houve uma mudança importante nesse cenário: a população rural passou a representar 47,69%, ao passo que a urbana cresceu para 52,31% (Tabela 3).

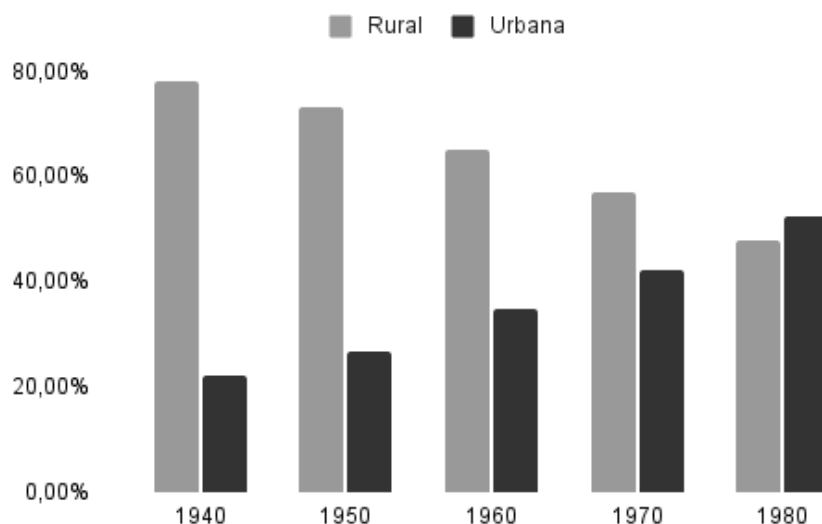
Tabela 3 - Proporção da População Residente Rural e Urbana na Paraíba (1940-1980)

Ano	População Rural	População Urbana
1940	78,11%	21,89%
1950	73,34%	26,66%
1960	65,15%	34,85%
1970	57,94%	42,06%
1980	47,69%	52,31%

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico, 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

Ao organizar esses dados em forma de gráfico, é possível visualizar essa transformação com relação à proporção populacional rural e urbana (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 - Proporção da População Rural e Urbana da Paraíba (1940-1980)



Fonte: IBGE. Anuário Estatístico, 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

Como é possível observar através da Tabela 3 e do Gráfico 1, a inversão entre a população urbana e rural se estabeleceu definitivamente entre 1970 e 1980, quando a população urbana cresceu em 446.848 habitantes e a população rural sofreu um decréscimo de 59.289 habitantes. Simultaneamente, desde 1960, já estava em curso um crescimento demográfico nos centros urbanos paraibanos que se intensificou a partir de 1970. Entre 1970 e 1980, a população urbana de João Pessoa passou de 213.569 habitantes para 326.589 habitantes (LIMA, 2012). Movimento similar ocorria em Campina Grande que em 1970 contava com 167.335 habitantes e viu esse número crescer para 228.182 em 1980 (ATTEM; PEREIRA; OLIVEIRA, 2022). Os dois principais centros urbanos do estado comportavam cerca de 42% da população urbana total, o que também é um grande indicativo de uma urbanização concentrada.

Com relação à essa concentração, Moreira e Targino (1997) observaram que dos 233 mil migrantes rurais registrados em 1980 nas cidades paraibanas, mais de 60% estavam em municípios com população superior a vinte mil habitantes. Esses números contradizem a hipótese da “migração por etapas”, que sugere que os trabalhadores rurais inicialmente se dirigiriam a cidades menores antes de se deslocarem para centros urbanos maiores. Ao contrário, muitos migrantes foram diretamente para Campina Grande e João Pessoa,

consolidando essas cidades como centros de atração direta de trabalhadores rurais. Contudo, apesar da concentração nos grandes centros, o êxodo rural teve um papel decisivo na urbanização do estado de modo geral, independentemente do porte das cidades. Durante a década de 1970, a população urbana apresentou um crescimento próximo a 4,0% ao ano e, em todos os territórios urbanos do estado, os migrantes provenientes do meio rural representaram mais de 14% do total de habitantes (p. 227).

4.2. CAMPINA GRANDE E JOÃO PESSOA COMO PONTOS DE CHEGADA

Campina Grande e João Pessoa assumiram um papel central na reorganização urbana do estado, servindo como territórios-chave para compreender causas e consequências do êxodo rural no espaço urbano da Paraíba.

Hilmária Xavier Silva e Paulo Márcio Coutinho Passos (2012) apontam que entre as décadas de 1940 e início de 1950, Campina Grande passou por uma intensa urbanização e crescimento, estimulado sobretudo pela economia algodoeira em grande escala. Esse avanço foi acompanhado pela instalação de serviços básicos, como fornecimento de água, energia elétrica e rede de esgotamento e pela concentração de instituições públicas e privadas.

De acordo com os autores, após o término da Segunda Guerra Mundial, diversas indústrias se instalaram e se expandiram na cidade, favorecendo o surgimento de novos bairros. Acrescenta-se, também, o surgimento das primeiras agências bancárias, como o Banco Industrial de Campina Grande, o Banco do Comércio de Campina Grande e o Banco do Povo. Além disso, companhias aéreas passaram a operar no aeroporto local e cresciam de forma expressiva as entidades culturais e assistenciais e o número de estabelecimentos comerciais. A cidade se tornou um grande centro econômico não só do estado, mas de toda região.

A partir da década de 1960, mesmo com a instalação de um distrito comercial através das ações da SUDENE, Campina Grande deixou de ocupar a posição central no comércio regional, cedendo espaço para Recife, e perdeu para João Pessoa a liderança econômica estadual. Por outro lado, a cidade passou a ocupar papel importante na educação através do desenvolvimento da Escola Técnica, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Regional do Nordeste e da inauguração do Teatro Municipal. Nessas condições, mesmo com a

economia um pouco mais enfraquecida, Campina Grande ainda concentrava cada vez mais população e atividades urbanas (SILVA; PASSOS, 2012).

Em João Pessoa, o início do século XX marcou a realização de obras de infraestrutura básica, impulsionadas por políticas públicas. Entre elas, destacou-se a construção da Avenida Epitácio Pessoa, que favoreceu a urbanização, estimulando a ocupação da cidade ao longo de seu traçado em direção ao litoral. Já a partir da década de 1950, foram implantados loteamentos e conjuntos habitacionais próximos à avenida, promovendo mudanças na paisagem local e no espaço urbano como um todo. Nesse mesmo período, observa-se também um expressivo crescimento demográfico: entre 1960 e 1980, a população de João Pessoa mais que dobrou, passando de 142.916 para 330.176 habitantes (DANTAS, 2018).

Devido aos fatores já discutidos, muitos trabalhadores rurais migraram para os centros urbanos. Contudo, as cidades não tinham capacidade de absorver esse contingente no setor industrial e no mercado formal de trabalho. Acrescenta-se que o estado não dispunha de condições para atender à elevada demanda habitacional. Desse modo, a urbanização resultou na proliferação de moradias precárias e promoveu a expansão desordenada de favelas e periferias, em geral localizadas em áreas irregulares e carentes de infraestrutura (PONTES, 2023).

A partir da década de 1970, os projetos de modernização das cidades paraibanas organizaram o espaço urbano de modo a favorecer as camadas economicamente mais privilegiadas. Para isso, foram adotadas estratégias que buscavam controlar a pobreza, mantendo-a confinada e disciplinada em áreas específicas. Em João Pessoa, por exemplo, a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) expandiu a cidade em direção à Zona Sul. Quanto mais afastado do centro se localizava um conjunto, maiores eram as dificuldades enfrentadas pelos seus habitantes, como a falta de infraestrutura, de abastecimento de água e de transporte adequado.

Ao mesmo tempo, as favelas se originavam através de ocupações em terrenos vazios deixados de lado pelo planejamento urbano. Geralmente, os migrantes que chegavam às cidades eram destinados a essas áreas periféricas. A estigmatização e as condições precárias às quais os migrantes eram submetidos, reforçou a forte segregação urbana (PONTES, 2023).

O viver “às margens” não se restringia ao aspecto geográfico, também se refletia politicamente, já que esses grupos eram privados de plenos direitos de acesso à cidade. Muitos migrantes chegavam com o sonho de abandonar o trabalho sofrido no campo, mas logo se deparavam com a realidade precária e vulnerável dos centros urbanos. Assim, a

vivência urbana desses trabalhadores era marcada por dificuldades cotidianas, longe das expectativas causadas por uma idealização de modernidade.

5. PERMANÊNCIA, RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA

Enquanto os trabalhadores que migraram buscavam nas cidades alternativas ao trabalho pesado e mal remunerado, os que ficaram deram origem a movimentos coletivos que reivindicavam melhores condições de vida no meio rural. Paralelamente ao êxodo rural, consolidou-se também uma forte luta camponesa. Em ambos os casos, tratava-se de estratégias de sobrevivência diante de um sistema agrário excludente e violento.

Conforme discutido nos capítulos anteriores, o período pós-Segunda Guerra Mundial marcou a penetração do capitalismo no campo, impulsionada pela construção de grandes obras e pela expansão do crédito agrícola. Esse processo afetou de forma severa foreiros, parceiros e pequenos proprietários que foram expulsos de suas terras, tiveram o direito ao cultivo suprimido e sofreram aumento na exigência de trabalho (MOREIRA; TARGINO, 1997). Segundo José de Souza Martins: “O próprio capital impôs, no Brasil moderno, a luta pela terra como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra do trabalho contra a terra dos negócios” (MARTINS, 1991, p. 56 apud MOREIRA; TARGINO, 1997).

Para o homem do campo, a terra representava não só a possibilidade de sobrevivência, ela era também a garantia de permanecer com sua família em seu local de origem, constituindo o único bem e a única herança que poderia ser transmitida aos descendentes (MOREIRA; TARGINO, 1997). Portanto, a expulsão/expropriação do trabalhador rural comprometia sua própria identidade como ser humano, pois não se tratava apenas da perda de um espaço físico, mas da destruição de laços familiares, comunitários e culturais. Ao ser privado da terra, o camponês perdia autonomia sobre seu trabalho e via ameaçada a continuidade de suas tradições. Essa violência material e simbólica reforçava a submissão do trabalhador rural (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Além disso, mesmo quando não eram expulsos da terra, os trabalhadores rurais recebiam remunerações extremamente baixas. Se o salário masculino já se mostrava insuficiente para atender às necessidades básicas, o valor pago às mulheres do campo era ainda menor. A situação se tornava mais grave ao considerar o trabalho infantil, realizado por menores de 15 anos, evidenciando uma exploração sistemática (BARREIRA, 1953).

Essa realidade foi exposta por Américo Barreira ao analisar a condição dos trabalhadores rurais cearenses em 1953:

Esse homem branco analfabeto, sem direito à escola, sem direito à estabilidade no trabalho, sem legislação protetora, é o pária, é o servo da gleba, preso umbilicalmente ao patrão por motivos econômicos, sociais e até por uma espécie de respeito totêmico. O salário irrisório do homem do campo no Ceará torna-se simplesmente inconcebível quando se trata do pagamento que recebe a mulher (de dois a seis cruzeiros diários) e a criança de menos de quinze anos, que recebe de um a três cruzeiros por dia. (BARREIRA, 1953, p. 38)

Em resposta, diversas organizações camponesas começaram a se mobilizar contra os despejos promovidos pelos latifundiários. Entre 1954 e 1964, destacam-se três grandes movimentos: as Ligas Camponesas, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) (PESSOA, 2015).

No que diz respeito às Ligas Camponesas, Vitor Gadelha Pessoa (2015), em *As Ligas Camponesas da Paraíba: História e Memória*, aponta que é possível identificar uma experiência anterior à sua consolidação na década de 1950. As chamadas “ligas comunistas” foram criadas em 1945 sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCB), mas tiveram curta duração, extinguindo-se em 1947. Essa ligação orgânica ao PCB, de forte orientação comunista, explica o rápido desaparecimento dessas organizações quando o partido foi colocado na ilegalidade. Somente em meados de 1954 a mobilização voltou a ganhar força, agora sob outras denominações.

A primeira Liga Camponesa de destaque surgiu no ano de 1955 no Engenho da Galiléia, em Pernambuco, e foi registrada oficialmente como Sociedade de Agricultores, Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPP). A imprensa, entretanto, passou a chamá-la pejorativamente de “liga camponesa”, numa tentativa de associá-la às experiências comunistas dos anos 1940. O apelido, longe de desaparecer, fixou-se como a principal designação do movimento (JULIÃO, 1962 apud PESSOA, 2015).

Conforme o autor, na Paraíba, a primeira liga foi fundada em Sapé, em 1958, por João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias (“Nego Fuba”) e Pedro Inácio de Araújo (“Pedro Fazendeiro”) sob o título de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. Embora a liga paraibana seguisse o estatuto da SAPP, liderada por Francisco Julião, ela também sofreu forte influência do PCB, especialmente por meio da ULTAB.

Inicialmente, sua atuação tinha caráter assistencial, voltada a foreiros, arrendatários, assalariados e pequenos proprietários. Contudo, à medida que crescia, a Liga ampliou suas bandeiras de luta, reivindicando direitos trabalhistas e enfrentando as arbitrariedades dos grandes proprietários. A resposta dos latifundiários foi intensificar a exploração, as expulsões

e as restrições, o que elevou o nível de tensão, sobretudo quando as reivindicações passaram a se articular em torno da reforma agrária (PESSOA, 2015).

Um marco importante ocorreu em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu aos trabalhadores do campo direitos que antes eram exclusivos dos assalariados urbanos. A legislação pretendia garantir benefícios essenciais, como férias, salário-mínimo, repouso semanal remunerado, aviso prévio e indenização em caso de demissão, fortalecendo a organização sindical camponesa e ampliando a legitimidade de suas reivindicações (PESSOA, 2015). Todavia, apesar de ampliar direitos, essas medidas também tiveram efeitos contraditórios, contribuindo para uma maior precarização do trabalho rural.

Segundo Manuel Correia de Andrade:

A partir de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural passa a garantir para os assalariados, os direitos que já recebiam o operário da indústria, como o salário-mínimo, férias, repouso semanal remunerado e gratificação natalina. Organizados em sindicatos, os trabalhadores pressionavam os proprietários resistentes a cumprirem com a legislação. A consequência dessa lei, por outro lado, foi que os proprietários passaram, com o tempo, a diminuir o número de moradores e empregados permanentes, preferindo trabalhadores temporários, avulsos, contratados por empreiteiros da cidade (ANDRADE, 2011 apud PESSOA, 2015, p. 11)

A redução de trabalhadores permanentes e a substituição por mão de obra temporária ou terceirizada geraram novas formas de exploração, que, por sua vez, incentivaram a consolidação de um movimento mais articulado pela efetivação da reforma agrária (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Com o golpe de 1964, a repressão do regime militar no estado atingiu grande parte da sociedade, mas teve como alvo prioritário as Ligas Camponesas. Políticos ligados ao movimento tiveram seus mandatos cassados ou foram presos, em paralelo, lideranças camponesas e seus apoiadores sofreram perseguições intensas. A forte repressão às Ligas Camponesas ocorreu devido ao seu caráter revolucionário que representava uma ameaça direta aos grandes latifundiários ao questionar a estrutura vigente (PESSOA, 2015).

5.1. “REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA”

O lema “Reforma Agrária na lei ou na marra”, eternizado pelas Ligas Camponesas, expressava a urgência de transformar a estrutura fundiária do país. Ao reivindicar a reforma, os camponeses defendiam a necessidade de uma distribuição mais equitativa da terra produtiva. A reforma agrária era concebida também como um dos instrumentos para conter o êxodo rural, oferecendo ao trabalhador a possibilidade de permanecer em sua terra de origem.

Em 1953, a Revista do Serviço Público publicou o estudo de Américo Barreira, conselheiro da Associação Brasileira de Municípios, intitulado *Êxodo Rural e Reforma Agrária*. No trabalho, Barreira (1953) estabelece uma análise sobre a relação entre a migração rural e a concentração fundiária, demonstrando como a estrutura agrária estimulava o êxodo do campo para as cidades. O autor também apresenta propostas voltadas à criação de novas oportunidades de trabalho no Nordeste, defendendo a reforma agrária como medida urgente e estratégica para reduzir desigualdades regionais, garantir o direito à terra e fortalecer a permanência das famílias no meio rural.

Conforme o mesmo autor, a instabilidade das populações rurais estava profundamente ligada à ausência de condições objetivas de vida digna e de segurança econômica. Essa situação não poderia ser resolvida apenas por leis ineficazes, medidas policiais ou apelos, sendo necessária a eliminação do latifúndio improdutivo. Dessa forma, a reforma agrária aparecia como uma condição estrutural indispensável para assegurar a sobrevivência, a permanência e a dignidade dos trabalhadores no campo.

Em meados da década de 1980, teve início uma ampliação das ações de movimentos sociais no estado da Paraíba, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esses grupos promoveram ocupações de terras improdutivas e criaram assentamentos rurais. Essas ações tinham como objetivo reorganizar a produção agrícola e garantir terra, educação e melhores condições de trabalho para os trabalhadores do campo. Essa atuação também se estabeleceu como instrumento de luta pela reforma agrária, buscando reduzir a concentração fundiária e mitigar os impactos da migração em massa para os centros urbanos. Decorrente disso, a partir da década de 1990, é constatado um movimento tímido de retorno do trabalhador à zona rural sendo um fluxo migratório composto, regra geral, por ex-moradores expulsos (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Dessa forma, a luta pela reforma agrária, acompanhada da implementação de outras pautas, como a soberania alimentar e o fortalecimento de uma educação contextualizada, surge como uma estratégia para assegurar a permanência no campo. Soma-se a essa conjuntura a luta pela articulação de políticas públicas que, ao contrário daquelas

estabelecidas ao longo do século XX e voltadas apenas ao combate à seca, auxiliassem o trabalhador do semiárido paraibano a conviver com o próprio clima. Portanto, entende-se que a consolidação de estratégias voltadas à sustentabilidade, à autonomia dos trabalhadores e à valorização do conhecimento local mostra-se essencial para criar condições duradouras de permanência e desenvolvimento no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxodo rural do século XX pode ser compreendido como um problema relacionado a diversas questões controversas da sociedade. Essas migrações tinham caráter compulsório, ou seja, resultavam da impossibilidade de condições de vida adequadas no meio rural devido aos vários fatores de expulsão, como o desemprego, a violência, a concentração de terras e de renda e a restrição de direitos. Os trabalhadores deslocavam-se, portanto, motivados pela expectativa de encontrar nas cidades um ambiente em que sua dignidade fosse respeitada. No entanto, ao chegarem às áreas urbanas, os migrantes frequentemente se deparavam com o desemprego urbano, salários reduzidos, exclusão social e condições habitacionais precárias (SARMENTO, 1984).

Urge salientar que a industrialização brasileira apresentou a necessidade da formação de uma espécie de exército de reserva (OLIVEIRA, 1981). De acordo com Karl Marx (1867), em *O Capital*, esse exército industrial de reserva resulta intrinsecamente do capitalismo, que, ao buscar maximizar a acumulação de capital, gera uma população disponível para ser empregada conforme as flutuações da demanda produtiva. Dessa forma, a industrialização exige que os centros urbanos atraíam um determinado número excedente de trabalhadores.

Essa demanda por um excedente de trabalhadores contribuiu para a superurbanização e estimulou a concentração de habitantes nas cidades. Como resultado, surgiram diversas favelas, que se tornaram parte dos espaços mais característicos do Brasil. Com relação a essa formação e expansão de favelas, Mike Davis (2006) em *Planeta Favela*, expõe:

Embora haja exceções, a maioria das megacidades de hoje descrevem uma trajetória comum: um regime de crescimento relativamente lento, e até retardado, e depois uma aceleração repentina até o crescimento rápido nas décadas de 1950 e 1960, com os imigrantes rurais cada vez mais abrigados em favelas periféricas (DAVIS, 2006, p. 59)

A presença do migrante foi um dos elementos centrais na conformação demográfica dos centros urbanos. Grande parte desses migrantes, ao chegar às cidades, se estabelecia nas áreas periféricas. Para muitos desses recém-chegados, esse deslocamento implicava duas mudanças significativas: o trabalhador rural passava a ser mão de obra urbana; o homem do campo era convertido em morador de favela.

A música brasileira oferece importantes registros dessas transformações, o que pode ser observado, por exemplo, em duas obras de grande conhecimento público. Em 1949, Luiz

Gonzaga em *Asa Branca*, mostrou a partida forçada do sertanejo, simbolizada pelo voo da ave que deixava o sertão. Já décadas mais tarde, Mano Brown (2002) em *Da ponte pra cá*, retratou a experiência periférica nos centros urbanos, reafirmando suas raízes ao se identificar como “fi de baiano”. O baião e o rap, nesse caso, revelam duas dimensões de um mesmo fenômeno: Gonzaga traduz a experiência da saída do campo, enquanto Mano Brown evidencia a realidade após a chegada à cidade sob a ótica dos descendentes desses movimentos migratórios. Apesar da distância temporal e estilística, ambas as obras se complementam ao ilustrar um ciclo que vai da expulsão rural à exclusão urbana.

Além de contribuir para a extensão das favelas, o êxodo rural provocou repercussões no campo. George Martine (1987), em *Êxodo rural, urbanização e migração no Brasil*, destaca a redução da força de trabalho disponível para a agricultura familiar, o que reforçou a dependência do campo em relação aos mercados urbanos. Acrescenta-se que a migração em massa contribuiu para o fortalecimento da concentração fundiária, uma vez que pequenas propriedades foram sendo vendidas ou incorporadas a grandes latifúndios, consolidando o poder do agronegócio e enfraquecendo as formas tradicionais de organização camponesa (apud MOURA, 1986).

Essa redução da força de trabalho disponível pode ser explicada pelo envelhecimento significativo das populações remanescentes. Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay (1999), em *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos*, explicam que o envelhecimento ocorreu principalmente porque a maior parte dos migrantes era composta por jovens que, por falta de perspectiva no seu local de origem, deixavam o campo em busca de estudos e oportunidades nos centros urbanos.

Na Paraíba, entre 1940 e 1980, a migração campo-cidade refletiu essas consequências: a modernização da agricultura nesse período não se traduziu em melhoria de condições de vida para os trabalhadores rurais, que permaneciam submetidos a relações de exploração severas. Consequentemente, muitos migrantes buscavam oportunidades nos centros urbanos. A perda de trabalhadores mais jovens no campo comprometeu a produção agrícola e fortaleceu os latifúndios (MOREIRA; TARGINO, 1997). Ao mesmo tempo, o excedente de mão de obra urbana contribuiu para a expansão do processo de favelização.

Os dados analisados no capítulo 4 revelam não apenas a inversão da proporção entre população urbana e rural, mas também a elevada concentração demográfica em determinados centros urbanos. Esses dados, em conjunto com as pesquisas apresentadas sobre os maiores centros de atração do estado, demonstram que os migrantes foram predominantemente

direcionados às periferias paraibanas. Cabe ressaltar que o período entre 1940 e 1980, além de marcado pelo forte êxodo rural, também foi decisivo para que a urbanização e a industrialização do estado acompanhassem a tendência urbano-industrial nacional, ainda que gradualmente. Dessa forma, o êxodo rural que ocorreu nesse período na Paraíba não deve ser compreendido como um fenômeno isolado. Ele decorre das profundas transformações socioeconômicas do século XX associadas à manutenção de formas persistentes de exploração no campo que vinham desde a formação do espaço agrário paraibano e constitui um fator determinante na configuração demográfica, social e econômica observada atualmente no estado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Manuel Correia de. Sociedade e reforma agrária no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, n. 11, p. 21-36, jun. 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro (1850/1888). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 71-83, jan./abr. 1983.

ATTEM, Gabriel Madureira; PEREIRA, Davidson Matheus Félix; OLIVEIRA, Natan Barboza de. O urbano e o rural em Campina Grande–PB: relações e contradições entre o campo e a cidade. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 7, n. 2, p. 277-301, dez. 2022

BARREIRA, Américo. Administração local: êxodo rural e reforma agrária. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 37-44, jul. 1953. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/9012/1/1953%20RSP%20v3%20n1%20jul%20p.%2037-%2044.pdf>. Acesso em: 13/06/2025.

BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Aagnon (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 33–52.

BRAGA NETO, Edgar. Moradores de fazenda: um estudo sobre a sua “dupla consciência”. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1-16, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/rcc5jCp54sjx6bP3CTNqHjS/?lang=pt>. Acesso em: 07/04/2025.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Texto para Discussão (TD) nº 621. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), jan. 1999. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3814ecde-600f-4458-ad5a-8fc6378d3220/content>. Acesso em: 17/06/2025.

CAMARGO, José Francisco de. **Êxodo rural no Brasil: ensaio sobre suas formas, causas e consequências econômicas principais**. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1957.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos de terra no Brasil**. 1985. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-1985.pdf>. Acesso em: 19/08/2025

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. Noticiário. **O Trabalhador Rural**, Brasília, ano 10, n. 11 e 12, p. 3–5, nov./dez. 1978.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. Os direitos dos assalariados rurais estão sendo respeitados? **O Trabalhador Rural**, Brasília, ano 10, n. 8, 9 e 10, p. 5–7, ago./set./out. 1978.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. Os encontros regionais – Conclusões. **O Trabalhador Rural**, Brasília, ano 10, n. 11 e 12, p. 17–20, nov./dez. 1978.

DANTAS, Daniel David Fernandes. **Os vazios urbanos na cidade de João Pessoa: transformações e permanências**. 2018. 71 f. Monografia (Graduação em Geografia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11255/1/DDFD17082018.pdf>. Acesso em: 19/08/2025.

DAVIS, Mike. **Planeta favela: o perverso boom urbano e a favelização do Terceiro Mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DOMINGUES, Fabian Scholze. **A Lei de Terras de 1850 e o advento do capitalismo brasileiro**. 2023. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/fabiandomingues/files/domingues_a_lei_de_terras_de_1850.pdf. Acesso em: 20/08/2025.

FONSECA, Wéverson Lima; FONSECA, Wéverson José Lima; OLIVEIRA, Augusto Matias de; VOGADO, Gleissa Mayone Silva; SOUSA, Giotto Ghiarone Terto e; SOUSA, Tiago de Oliveira; SOUSA JÚNIOR, Severino Cavalcante de; LUZ, Carlos Syllas Monteiro. Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste Brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, p. 233-240, abr. 2015.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene: 1958–1964**. 3. ed. São Paulo: Contraponto, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1984**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico de 1980: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Reforma Agrária Popular e a luta pela terra no Brasil. Dossiê nº 27. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, abril de 2020. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf. Acesso em: 20/08/2025.

LARA, Ricardo; DIOGO, Pablo Ramon. A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 145, p. 72-90, set./dez. 2022.

LIMA, Bruna; KONRAD, Diorge Alcenô. O “milagre econômico brasileiro” e sua relação com a criação do Distrito Industrial de Santa Maria-RS. In: **Anais do XII Encontro Regional de História Social da ANPUH - Região Sul**, 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364931647_ARQUIVO_2013ANPUH-BrunaLimaDiorgeAlcenoKonrad.pdf. Acesso em: 13/06/2025.

LIMA, Thiago Almeida de. **Zonas Especiais de Interesse Social: a institucionalização da segregação sócio-espacial em João Pessoa-PB**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5808/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 12/07/2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo de Carvalho. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

PESSOA, Victor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba: história e memória. 2015. Dissertação (Mestrado em História).** Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8366/2/arquivo%20total.pdf>. Acesso em: 19/08/2025

PONTES, Williane Juvêncio. Periferização e estratégias de resistência: a formação de uma comunidade a partir do processo de crescimento urbano de João Pessoa-PB. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/xxxx>. Acesso em: 08/07/2025.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. Palestra realizada em 12 de agosto de 2010. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; PRADO, Luiz Carlos Delorme; PAULANI, Leda; LACERDA, Antonio Corrêa de; POCHMANN, Márcio; BACELAR, Tânia. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras.** Brasília: Centro Celso Furtado / Caixa Econômica Federal, 2011. Disponível em: https://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261232400.LivroCAIXA_C_0_23.pdf. Acesso em: 18/06/2025.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SARMENTO, Walney Moraes. **Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SILVA, Hilmaria Xavier; PASSOS, Paulo Marcio Coutinho. Histórias de migrantes: modos de viver e trabalhar na periferia de Campina Grande na década de 1960. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL – ESCRITAS DA HISTÓRIA: VER – SENTIR – NARRAR**, 6., Teresina. Anais [...]. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. Características da urbanização na Paraíba. **Revista Cadernos do Logepa – Série Texto Didático**, ano 3, n. 5, jul./dez. 2004.

SINGER, Paul Israel. **A crise do “milagre”: interpretação crítica da economia brasileira.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SINGER, Paul. **As contradições do milagre econômico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico.** São Paulo: CEBRAP, 1970. 251 p

TELÓ, Fabricio; DE DAVID, César. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. **Mundo Agrario, La Plata**, v. 13, n. 25, segundo semestre de 2012.

THEMIS, R. História da formação da classe dos trabalhadores rurais no Brasil e os movimentos sociais como representantes do campesinato na luta por direitos. **Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 161-184, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistathemis.tjce.jus.br/THEMIS/article/download/962/736/3732>. Acesso em: 16/08/2025.

VIANA, Gilney. **Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição**. 1. ed. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.